

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

Em mais uma edição da Revista Direitos Culturais (ISSN: 2177-1499 eletrônico e 1980-7805 impresso), organizada e publicada pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado e Doutorado em Direito, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – campus de Santo Ângelo/RS, mais uma vez, primamos por proporcionar aos leitores, análises e perspectivas sobre temas atuais e complexos, contando com a participação de autores de inúmeras instituições de ensino superior e de vários estados do país, trazendo artigos sobre diversas temáticas, sempre conectados às linhas de pesquisa do programa: I - Direito e Multiculturalismo e II - Políticas de Cidadania e Resolução de Conflitos, conforme orientação sugerida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para publicação de periódicos científicos.

Conscientes de que o aumento qualitativo da produção acadêmica no Brasil, está inexoravelmente relacionado ao fortalecimento dos periódicos científicos, a Revista Direitos Culturais, engajada nessa proposta de melhorias, oportuniza a publicação, quadrimestralmente, de artigos e resenhas, por pesquisadores de todo o Brasil, assim como de países estrangeiros, passando pelo duplo processo de avaliação, double blind review, privilegiando o critério da exogenia, tanto para avaliadores como para autores.

Assim, Isabela Camila da Cunha e Carlos Magno de Souza Paiva escrevem trabalho que versa sobre a proteção do patrimônio cultural em âmbito internacional, particularmente sobre os fundamentos axiológicos para tal proteção. A relevância da pesquisa se deve à importância que o tema vem ganhando na atualidade na condição de um “novo direito”, o direito ao patrimônio cultural, autônomo ao Direito Ambiental. O que se pretende é analisar quais são os fundamentos axiológicos para a proteção do patrimônio cultural.

Jessica Hind Ribeiro Costa e Mônica Neves Aguiar da Silva objetivam analisar a relativização seletiva do multiculturalismo quando da aplicação dos direitos humanos. Desta forma exhibe uma breve apresentação dos direitos humanos, posteriormente conceituando o multiculturalismo como reflexo das culturas divergentes da lógica dominante. As culturas dissidentes quando analisadas à luz dos direitos humanos são algumas relativizadas outras oprimidas pela intervenção (muitas vezes apresentada como auxílio), sendo que a diferença entre as condutas adotadas está atrelada a uma hierarquia baseada numa concepção moral estética.

Na sequência, Celso Gabatz tem o objetivo de aprofundar algumas questões acerca da laicidade e da liberdade religiosa, a Concordata firmada entre o Estado Brasileiro e o Vaticano e as controvérsias decorrentes da proposta da Lei Geral das Religiões. Ao mesmo tempo em que afirma a existência de múltiplos e divergentes sentidos da laicidade, permite observar os diferentes agentes na busca por demarcar, definir, atualizar, corrigir e regular sua aplicação pelo Estado.

Carla Ribeiro Volpini Silva e Bruno Barbosa de Oliveira realizaram estudo com o intuito de se analisar a influência havida nas relações consumistas existentes na sociedade multicultural globalizada. Para tanto, buscou-se focar o

modelo de globalização vigente no mundo, considerando-se a pluralidade de culturas e suas interferências nos direitos fundamentais.

Mais adiante, Lúcio Marcos do Bom Conselho e Cláudio Márcio Magalhães objetivam analisar o uso da licença Creative Commons no SBTVD. Foi utilizada a metodologia qualitativa consistente em pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados foram favoráveis ao uso aqui proposto da licença autoral. A conclusão é que se recomenda o uso da licença Creative Commons como forma de sociabilizar conteúdos na TV Digital, propiciando a educação e o desenvolvimento local.

Anita Mattes objetiva analisar a recente legislação que regulamenta a prática da vaquejada no Brasil, abordando os principais motivos do posicionamento desfavorável do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional quanto ao reconhecimento, por tal legislação, da vaquejada como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Seguindo essa orientação, Danielle Mendes Muniz e Tânia Regina Zimmermann apresentam discussões sobre injúria racial com foco na violência contra as mulheres negras, em uma perspectiva de gênero cujas interfaces traduzem-se na permanência intrínseca do racismo e por fim, na violência institucional.

Com esse intuito, Ana Clara Ferreira Marques, Maria Glória Dittrich e Micheline Ramos de Oliveira analisam a Lei Federal nº 12.761/2012 que instituiu o Programa de Cultura do Trabalhador para garantir a implementação de direitos culturais aos trabalhadores e incentivar a cadeia produtiva da cultura. O artigo é resultante de uma pesquisa com objetivo de perceber como se dá o processo de implantação deste programa, em Itajaí – SC, na visão dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, Giovani da Silva Corralo e Bruna Lacerda Cardoso buscam estudar as ouvidorias enquanto instrumento de resolução de conflitos e sua relação com a boa governança. Utiliza-se o método dialético no desenvolvimento deste trabalho. Para tanto, reflete-se sobre as formas de resolução de conflitos, especialmente aquelas abarcadas pela mediação em sentido amplo.

Por fim, nessa edição, os leitores encontrarão nos artigos da revista, temas contemporâneos, complexos e instigantes, que semearão, de imediato, o gosto pela pesquisa e pela ampliação do debate acadêmico.

Desejamos a todos, uma excelente e proveitosa leitura!

Os Editores!